



**Serviço Público Federal**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM**

**DECISÃO DO PLENÁRIO**

**Reunião:** ORDINÁRIA - Nº 3/2022 - Plenário - 29/03/2022 das 18:00 as 23:00

**Decisão:** 137/2022

**Referência:** 2582494/2018

**Interessado:** CARLOS ALBERTO FREITAS TUPINAMBA

**EMENTA:** Defere Trata-se do Requerimento de Interrupção de Registro Profissional, no interesse do Sr. CARLOS ALBERTO FREITAS TUPINAMBA, que interpôs RECURSO ao Plenário do CREA-AM, acerca da Decisão nº 869/2019 - CEEEST.

**DECISÃO**

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 29 de março de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Afonso Ferreira Bernardes, objeto de solicitação de interrupção de registro Carlos Alberto Freitas Tupinamba, Considerando que o interessado é registrado no Crea-AM com os títulos profissionais de Engenheiro Eletricista (ATRIBUIÇÕES: ARTIGOS 8º E 9º DA RES. 218/73 DO CONFEA, OBS. O ARTIGO 25), e de Engenheiro de Segurança do Trabalho (ATRIBUIÇÕES: ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 359/91, BEM COMO A TITULAÇÃO, ACRESCIDO DO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 437/99, AMBAS DO CONFEA). OBS.: Não constava, à época da sua solicitação, o registro no CREA-AM como TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA. Considerando que a Resolução nº 1.007, de 5 de dezembro de 2003, do Confea, que versa sobre o registro de profissionais, dispõe no art. 30 que a interrupção do registro é facultada ao profissional registrado que não pretenda exercer sua profissão e atenda às seguintes condições: "I - esteja em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea, inclusive aquelas referentes ao ano do requerimento; II - não ocupe cargo ou emprego para o qual seja exigida formação profissional ou para cujo concurso ou processo seletivo tenha sido exigido título profissional de área abrangida pelo Sistema Confea/Crea; e III - não conste como autuado em processo por infração aos dispositivos do Código de ética Profissional ou das Leis n.os 5.194, de 1966, e 6.496, de 7 de dezembro de 1977, em tramitação no Sistema Confea/Crea". Considerando o Parecer Técnico de Instrução Processual, em âmbito da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica e Segurança do Trabalho - C.E.E.S.T. (Fls. 17 a 19). Considerando os termos da Decisão exarada pelo Colegiado - DECISÃO Nº 869/2019 (Fls. 23 a 25) e que, da ciência acerca do INDEFERIMENTO do seu pedido, o profissional recebeu o OFÍCIO 2233/2019-GP/CREA-AM em 22/01/2020 (conforme AR dos Correios) e interpôs RECURSO à instância do Plenário em 23/12/2021, portanto, FORA DO PRAZO LEGAL DE 60 (sessenta) DIAS, tornando-o INTEMPESTIVO (Fls. 31 a 34 e seus Anexos). Considerando que, em suma, o RECURSO apresentado pauta-se na descrição dos vínculos empregatícios do profissional (incluindo estágios), assim como contratos não efetivados (como foi o caso pela empresa JMP ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA). E ainda, principalmente, a comprovar que atualmente possui VÍNCULO PROFISSIONAL com o CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO AMAZONAS, portanto, sendo SERVIDOR PÚBLICO MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS, sem nenhuma vinculação às profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA ou que exija conhecimentos técnicos inerentes à sua formação como Engenheiro Eletricista e Engenheiro de Segurança do Trabalho. Considerando que, à época do julgamento, a CEEEST decidiu pelo indeferimento da interrupção de registro do interessado por vinculá-lo à empresa JMP ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA (entendendo que o mesmo ocupava o CARGO DE TÉCNICO EM ELETRÔNICA, conforme registros em CTPS- Fls. 13 da Carteira de Trabalho), portanto, certamente a exercer atividades técnicas jurisdicionadas pelo Sistema Confea/Crea. Considerando que, conforme explicado pelo requerente em seu RECURSO, o Contrato não foi efetivado, além dos demais vínculos empregatícios em regime celetista terem sido rescindidos/finalizados. Considerando que, em verificação ao SITAC, continua a não existência de ARTs em andamento, autos de infração em débito ou em tramitação, bem como, a inexistência de processos por infração aos dispositivos do Código de Ética Profissional. Considerando, por fim, que procedem as alegações do recurso apresentado, tendo em vista que ficou demonstrado que o profissional atende a todas as exigências para interrupção de seu registro estabelecidas pela Resolução nº 1.007 do CONFEA, de 2003. considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pelo DEFERIMENTO do Requerimento de interrupção de registro profissional, no interesse do Sr. CARLOS ALBERTO FREITAS TUPINAMBA, tendo em vista que foram atendidas as exigências documentais à luz do art. 30 da Resolução nº 1.007 do CONFEA, de 2003. Deverão ser observadas, pois, as seguintes ressalvas: a) O profissional deverá estar ciente de que, ao retornar ao exercício profissional da área tecnológica abrangida neste Sistema Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, restabelecerá a regularidade administrativa do registro, antes do início das atividades (ou seja, deverá efetuar o pagamento proporcional referente às anuidades pendentes, conforme previsto no art. 6º da Resolução nº 1.066/2015 do CONFEA). b) Estar ciente de que a interrupção do registro profissional não implica em anulação de eventuais débitos, que deverão ser dirimidos na esfera competente (portanto, CABENDO AO SETOR COMPETENTE DO CREA-AM PROCEDER À COBRANÇA DAS ANUIDADES PENDENTES, OU SEJA, O PASSIVO/REMANESCENTE EXISTENTE A PARTIR DO ANO DE 2019. c) Estar ciente de que, caso venha a realizar o exercício profissional da área tecnológica abrangida neste Sistema Confea/Creas durante a interrupção do registro estará sujeito à cessação imediata da interrupção do registro, por perda de direito, bem como eventuais penalidades previstas na Lei 5.194/66: PROFISSIONAL COM REGISTRO INTERROMPIDO, POR SUA SOLICITAÇÃO, QUE DESENVOLVA,



**Serviço Público Federal**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM**

**DECISÃO DO PLENÁRIO**

COMPROVADAMENTE, ATIVIDADE(S) SUJEITA(S) À FISCALIZAÇÃO DO CREA, NOS TERMOS DA LEI N.º 5.194, DE 1966. (PROFISSIONAL EM ATIVIDADE COM REGISTRO INTERROMPIDO.) - ART. 6º "D" E 73 "D" DA LEI 5.194/66.d) A responsabilidade pela veracidade das informações e documentos apresentados, cabe ao seu emitente (neste caso, ao profissional interessado). Decisão proferida na 552ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Afonso Ferreira Bernardes, Amarildo Almeida De Lima, Arlindo Pires Lopes, Audinei Lima Leite, Daniel Pinto Borges, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Eirie Gentil Vinhote, Frederico Nicolau Cesarino, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jossandra Alves Damasceno, Luis Antonio De Araujo Pinto, Mesaque Silva De Oliveira, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

**Cientifique-se e cumpra-se.**

Manaus, 29 de março de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR  
Presidente do Plenário